



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10130 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ADULTOS MADUROS E IDOSOS: UMA ANÁLISE DE PROPOSTAS

Johannes Doll - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Leonéia Hollerweger - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ADULTOS MADUROS E IDOSOS: UMA ANÁLISE DE PROPOSTAS

Resumo

O estudo analisa duas propostas de educação financeira para adultos e idosos no contexto brasileiro, uma promovida pela Associação de Educação Financeira (AEF) e a outra desenvolvida no contexto de uma pesquisa de doutorado. O objetivo é apresentar uma visão crítica da Educação Financeira no Brasil, a partir da análise das propostas selecionadas. A metodologia empregada consiste em um levantamento de ações de educação financeira realizadas no Brasil, tomando como base de consulta o Portal do Governo Brasileiro (Vida e Dinheiro) e pesquisa em plataformas de busca como Scielo, Capes e Google Scholar. A análise realizada observou os objetivos e as concepções de aprendizagem por trás das propostas. Existem diferenças na construção das ações educativas no que se refere à metodologia e à construção de conhecimentos, sendo na proposta mais abrangente o foco para a mudança de comportamento e na mais restrita, a busca pela construção de uma consciência crítica.

Palavras - chave: educação financeira, idosos, educação de adultos, endividamento

1. Introdução

Nos últimos 30 anos, a moeda brasileira passou por mudanças, assim como as políticas econômicas, as práticas bancárias e a própria relação das pessoas com o dinheiro e com as dívidas. Todas estas mudanças representam um desafio, especialmente para pessoas idosas que precisavam aprender a lidar com novas formas de se relacionar com os bancos, ao usar caixas eletrônicos e serviços de *online banking*. As práticas bancárias em relação a créditos passaram de uma política cautelosa e restrita em relação para uma política de propaganda agressiva e invasiva de convencimento dos clientes para contratação de crédito, especialmente o crédito consignado para aposentados e pensionistas. O resultado foi a informação do Banco

Central de que em 2019 o endividamento dos aposentados e pensionistas chegou a um nível histórico de R\$ 138,7 bilhões[1]. O endividamento não é só um problema das pessoas idosas, mas da população em geral (Paraíso, Fernandes, 2019), porém surpreende em relação às pessoas idosas. A oferta facilitada do crédito e o endividamento da população são reflexos de uma mudança do capitalismo que encontra as fontes de lucro menos na produção industrial e muito mais no investimento e na especulação financeira, como mostra Lazzarato (2017) na sua obra “O governo do homem endividado”.

Os problemas financeiros não são causados apenas pela oferta de créditos, outros fatores contribuem também como ter uma renda insuficiente para suprir as necessidades básicas ou a má administração dos recursos disponíveis. Aqui, destaca-se o papel das dívidas, pois em um país com juros exorbitantes, elas podem aumentar em pouco tempo o seu valor total, de forma a comprometer a qualidade de vida das pessoas. Assim, três elementos seriam necessários para uma vida financeira equilibrada: uma renda digna, a proteção legal do consumidor e uma educação financeira que ajude na organização das finanças, tornando as pessoas mais aptas a entender a complexidade da economia, assim como a seu papel neste contexto. A partir desse entendimento, o estudo tem como objetivo analisar duas propostas educativas tomando como base uma visão crítica da Educação Financeira no Brasil.

2. Educação Financeira

A história econômica do Brasil passou de uma hiperinflação nos anos 1980 e 1990 para uma estabilidade da moeda em 1994. Devido à estabilidade, os bancos apostaram no crédito como uma nova forma para garantir seu lucro, uma destas foi o crédito consignado para aposentados, pensionistas e funcionários públicos em 2004. Nessa modalidade o reembolso da dívida é feito diretamente do salário ou da aposentadoria. A partir do crescente endividamento da população em geral, das orientações e do modelo da OECD (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento), foi criado no Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo Decreto Federal 7.397/2010 e instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Este composto por órgãos públicos e representantes da sociedade civil, principalmente instituições do setor financeiro (SARAIVA, 2017). Porém, o Decreto nº 10.393 de 9 de junho de 2020 modificou esta estrutura, extinguindo o CONEF, substituindo pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), onde participam exclusivamente organizações governamentais.

Até então, a Associação de Educação Financeira (AEF), uma ONG com representantes do mercado financeiro como mantenedoras, tinha realizado propostas da Educação Financeira, elaborando ações de educação financeira como livros, apostilas, coleções, jogos (Cavalcante, 2016). Entre suas realizações constava um levantamento de atividades de educação financeira através de dois Mapeamentos Nacionais das Iniciativas de Educação Financeira em 2013 e 2018. A análise das iniciativas mostrou que a grande maioria é voltada para a educação escolar matemática. Em relação às pessoas adultas maduras e idosas, são analisados aqui um programa abrangente voltado a pessoas aposentadas com renda até dois salários mínimos, intitulado “Eu e minha aposentadoria - Organizando a vida financeira”, elaborado pela AEF. Como segundo projeto será analisado um trabalho de educação financeira com mulheres idosas na periferia em uma capital.

Apesar da suposta importância, a educação financeira também recebeu críticas. Williams (2007) observa criticamente, em relação à implantação da educação financeira como política pública, que o discurso da suposta formação do consumidor consciente leva a conclusão que este consumidor, já que se tornou competente, não precisaria mais da proteção legal do Estado. A individualização dos riscos da sociedade e a transferência da culpa por um

fracasso financeiro ou um endividamento para o indivíduo foi observado também por Beck (2011).

Clarke (2015) aponta para o contexto do Reino Unido a ineficiência deste tipo de educação para garantir a qualidade de vida, pois se torna uma promessa vazia frente a outros e mais fortes riscos como o desemprego, a baixa renda e uma educação deficitária.

Além destas críticas sobre o sentido de uma educação financeira promovida por um Estado Neoliberal e financiada por instituições financeiras, existem questionamentos sobre sua a efetividade. Willis (2008) aponta para problemas metodológicos e de avaliação, muitas vezes baseadas em autoavaliação, e mostra que mesmo adquirindo conhecimentos financeiros, muitas pessoas não tomam decisões financeiramente adequadas.

3. Metodologia

O estudo está em fase de construção e consiste em um levantamento e uma análise de ações de educação financeira realizadas no Brasil, tomando como base de consulta o Portal do Governo Brasileiro (Vida e Dinheiro) e pesquisa em plataformas de busca como Scielo, Capes e Google Scholar. As ações encontradas até o momento foram organizadas, sendo excluídas aquelas não voltadas a adultos e idosos. A seleção se deu pela leitura de descritivos e resumos de artigos, dissertações e teses de doutorado. A partir do encontrado, foram selecionadas duas propostas voltadas a idosos e adultos de baixa renda, uma de grande abrangência nacional e a outra realizada em uma capital do Brasil.

4. Apresentação e discussão das propostas de Educação Financeira

A mais abrangente proposta de Educação Financeira para adultos foi desenvolvida pela AEF [2]. O programa focaliza em pessoas aposentadas de baixa renda até dois salários mínimos. Foi desenvolvido por especialistas entre 2013 e 2016 e testado em 2016 e 2017 em um projeto piloto em 21 municípios em cinco regiões do Brasil com resultados positivos (AEF 2017). A atividade é realizada no formato de curso com três oficinas. A primeira (*De onde meu dinheiro vem, pra onde meu dinheiro vai*) analisa a renda e os gastos das famílias, a segunda oficina (*Dívidas na ponta do lápis*) aborda a questão do endividamento. Nela são oferecidas informações sobre tipos de créditos, juros, consequências e propostas de como agir quando as dívidas se acumulam. A terceira (*Planejar meus próximos passos*) é dedicada ao planejamento futuro, abordando elementos como o registro e a organização financeira, análises sobre corte de gastos, aumento de renda e um comportamento para não contrair dívidas. Para cada oficina foi elaborado um kit contendo material didático e de apoio para os participantes (AEF, 2018). As oficinas deveriam ser assumidas por atores locais como governos municipais, organizações de idosos, universidades da terceira idade após assinatura de um acordo com a AEF (SANTOS, 2019).

Na proposta da AEF é percebida uma clara orientação de ensino tecnicista onde a estrutura, os objetivos e os procedimentos são determinados pela equipe especializada de planejamento. Trata-se de uma estrutura de ensino vertical, onde especialistas organizam e determinam qual comportamento econômico e de consumidor é considerado adequado. Nesta mesma linha, a avaliação segue os padrões de testes da psicologia e da economia, em que os participantes são percebidos como objetos de testagem. Esta perspectiva se mostra na descrição dos participantes considerados como “adultos de baixa renda com características especiais que exigiram especial atenção na elaboração dos instrumentos, já que muitas vezes

tem baixa ou nenhuma escolaridade, déficit cognitivo e de atenção, dificuldades de audição e leitura, entre outras” (AEF, 2017, p.12).

A baixa escolaridade com dificuldades de leitura está presente entre adultos de baixa renda e em idosos. Porém, atribuir déficit cognitivo e de atenção a esta população parece altamente complicado, já que os autores do relatório não trazem referências para a afirmação, reforçando uma imagem negativa sobre pessoas idosas e pessoas de baixa renda.

A outra proposta foi desenvolvida por Buaes (2011) e tomou como base as propostas pedagógicas de Paulo Freire e a psicologia histórico-cultural de Lev Vigotski. O grupo participante foi de mulheres idosas com baixa escolaridade, renda mensal de até dois salários mínimos e moradoras de uma comunidade vulnerável de uma capital brasileira. O curso teve duração de dois meses e meio, duas vezes por semana, totalizando 13 encontros. O enfoque visava criar a oportunidade para as mulheres expressarem as significações das suas experiências no contexto do mundo do consumo e do dinheiro. Metodologicamente criaram-se espaços de troca de saberes por meio do diálogo e do debate entre os participantes para a produção de novos sentidos em relação às realidades e a ampliação da leitura do mundo. Inquietações e dúvidas, como o significado “consignado” ou de “taxas de juro” foram trabalhadas coletivamente nos encontros. A partir deste novo conhecimento construído, as mulheres elaboraram coletivamente novas estratégias e práticas de consumo. Um encontro avaliativo, sete meses após o curso, mostrou que as mulheres não só se apoderaram dos novos conhecimentos, mas que ganharam outra visão do mundo e desenvolveram outras atitudes de controle financeiro e em relação ao uso dos mecanismos do crédito consignado (BUAES, 2011, 2015). A partir dessa experiência a autora destaca a necessidade de desenvolver práticas educativas a partir de uma metodologia dialógica e investigativa e que parta do conhecimento da realidade dos participantes, de suas práticas de consumo e sobre o modo como usam o dinheiro (BUAES, 2015).

O diferencial da proposta é a maior abertura para o cotidiano, para as práticas e costumes de consumo dos participantes, e um trabalho pedagógico pautado não apenas em informações, mas realizado a partir do significado das experiências de cada sujeito. Primou-se pelo incentivo à reflexão e à conscientização em relação às próprias emoções e sentimentos envolvidos em uma decisão financeira e a construção coletiva de práticas e estratégias de consumo e de administração financeira.

5. Conclusões

A análise das propostas, a partir de um olhar crítico sobre as metodologias empregadas e à luz de outros estudos, possibilita inferir que as grandes ações de promoção da educação financeira no Brasil estão muito centralizadas em instituições financeiras, o que acaba por padronizar métodos e promover a busca por mudanças comportamentais sem uma análise mais reflexiva sobre a temática. Tal problemática destaca a necessidade de resgate do sentido da promoção da educação financeira, a partir da problematização e criação de situações para reflexão (BUAES, 2015).

Por isso seria importante “que a Educação Financeira no Brasil passe a ser reapropriada pelo campo educacional” (SARAIVA, 2017, p. 171) para promover não só mudanças de comportamento, mas uma melhor compreensão e consciência do sujeito no contexto econômico.

6. Referências

- AEF. **Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda**. Relatório final. 2017. Acessível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em 25 de maio de 2021.
- A E F. **Relatório de Avaliação de programas sociais**. 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em 23 de novembro de 2020.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco. Ruma a uma outra modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BUAES, Caroline Stumpf. **Sobre a construção de conhecimentos: uma experiência de educação financeira com mulheres idosas em um contexto popular**. 2011. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BUAES, Caroline Stumpf. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educação e Realidade**. 2015, vol.40, n.1, pp.105-127.
- CAVALCANTE, Raquel. Educação financeira por meio de jogos digitais: uma reflexão sobre a emergência de novos caminhos educacionais. **Anais: Intercom**. São Paulo, n. 39, p.1-15, 2016.
- Clarke, Chris. Learning to fail: resilience and the empty promise of financial literacy education. **Consumption Markets and Culture**. 18(3):1-20, February 2015.
- LAZZARATO, Maurizio. **O Governo do Homem Endividado**. São Paulo: n-1edições, 2017.
- PARAÍSO, Sandra Chaves Silva; FERNANDES, Ronaldo Augusto da Silva. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Cosmopolita em Ação**, 2019, vol. 6(2), p. 12-26.
- SARAIVA. Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. Curitiba: **Educar em Revista**. n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017
- WILLIAMS, Toni. Empowerment of the Whom and for What? Financial literacy Education and the New Regulation of Consumer Financial Services. **Law & Policy**, Denver, p.226-256, 2007.
- WILLIS, Lauren E., "Evidence and Ideology in Assessing the Effectiveness of Financial Literacy Education" (2008). **Scholarship at Penn Law**. Paper 206. http://lsr.nellco.org/upenn_wps/206.

[1]Notícia do jornal Correio Braziliense, de 04/02/2020.

[2] Relatório 2018 da AEF, https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/RA-AEF-Brasil_07082018_Vers%C3%A3oFinal.pdf, acesso em 22 de junho de 2021.